



CERTIDÃO

Nº. 1449/2017

Atendendo solicitação de EVANDRO G DO NASCIMENTO e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº38614 e Prontuário nº 2017.06.002672 pertencentes a **DIEGO DOS SANTOS ALVES** que foi atendido dia 20/06/2017 às 14H03min, vítima de colisão moto x moto, apresentando trauma em perna e tornozelo direitos.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura exposta em perna direita + fíbula direita e exposição de partes moles. Realizado procedimento cirúrgico dia 20/06/2017 com alta médica dia 06/07/2017.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 09 de outubro de 2017

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



Ficha Nr: 38614 Atd: Nao Regulac
Data: 20/06/2017
Hora: 14:03:51
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA
Clinica: CIRURGICA

Num. de vezes atendido: 1

Num. Prontuario: 2017.06.002672

Natural: CACOAL/RO Data Nasc.: 24/04/1986 Id: 31_ano(s)

End.: RUA PROJETADA, 144 PACIENTE VEIO SEM CARTAO DO SUS COM O BOMBEIRO

Bairro: GRAMAME Cidade: JOAO PESSOA UF :PB

Mae: WALDICLEA DOS SANTOS ALVES

Pai: OSMAR ALVES D SOUZA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: VIGILANTE SEM ESPECIFICACAO

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

Resp.: RESPONSÁVEL O BOMBEIRO

Te1 Doc. Responsavel: 00 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: PACIENTE VEIO NO CARRO DO BOMBEIRO

Vitima de acidente por: COLISAO MOTO XMOTO DO LADO

Vitima de violência por: DA IPASA RENIELLE MAZINE CRISTO 13/20 CONDUCTOR

[] C. Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA: ER:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: TP:

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

Peso: Altura:

☐ Hemorragia ☐ Dispineia

Glicemia: IMC:

☐ Diarreia ☐ Agitado

Circ. Abd: 02%:

☐ Regular ☐ Chocado

[] Vomito

Quinta Principal

Observacao

Histor - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

História - Exame Físico - (hora do atendimento médico) Paciente vitima de acidente com moto-moto. Wound capitate. Relata dor de porção distal em perna (D) e tornozelo (D). Corpe de ferida exposta em perna (D). Morte anterior. Manchas violetas. EGB corada.

Diagnostico

Conduct a

Prescricao

Horario da medicacao

16 Alta de

15.00





VISTO EM: 02/08/2017

P. *[Assinatura]*
Comandante: *[Assinatura]*
Mat. 522.846-8

**BATALHÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
3ª SEÇÃO – OPERAÇÕES**

João Pessoa-PB, 28 de julho de 2017.

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 269/2017

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 20/06/2017, conforme requerimento nº 261/17, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido (a) por volta das 13h30min o/a Sr. (o) **DIEGO DOS SANTOS ALVES**, CPF 064.864.454-59, vítima de acidente de trânsito colisão (moto x moto), ocorrido na rotatória ao lado da Empasa, Bairro, Cristo redentor, João Pessoa – PB. Que a guarnição da viatura de prefixo AR-47, tendo como chefe o/a, **CABO BM JOSEMILDO PEREIRA DA SILVA FILHO**, Matrícula: 523.269-4. Ao chegar ao local constatou a vítima em decúbito dorsal consciente e orientada, com laceração na tibia do lado direito e ferimentos, abrasões pelo corpo. Era o condutor da motocicleta e usava capacete. Que após os procedimentos de imobilização a referida guarnição a transportou na viatura acima citada em prancha rígida para o Complexo Hospitalar de Mangabeira.

Para constar, eu **André Vieira de Souza** - SD BM Mat. 523.518-9, (*[Assinatura]*) auxiliar da 3ª Seção/BAPH, digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo (a) chefe da 3ª Seção/BAPH.

[Assinatura]
Eliete Brum de Freitas Santiago
Ten. QOBM
Mat. 523.685-1

Chefe da 3ª Seção



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Batalhão de Atendimento Pré-hospitalar.
Rua Doutor Orestes Lisboa, S/nº, Conj. Pedro Gondim, 58.031-090, João Pessoa-PB
Fone: (83) 3243-9044 / (83) 3216-5751 / (83) 3218-7979 (FAX) - E-mail: craphbbs@bombeiros.pb.gov.br





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Bradesco

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170644579 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** DIEGO DOS SANTOS ALVES**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** DIEGO DOS SANTOS ALVES**CPF/CNPJ:** 06486445459**Posição em 15-12-2017 16:33:00**

Pendente de realização de perícia médica, etapa que mantém interrompido o prazo de 30 dias para emissão do parecer final sobre o pagamento, conforme carta enviada ao beneficiário.

Comparecer em:

DADOS DA PERÍCIA

Data do agendamento: 20/12/2017

Tipo de local: Clínica

Nome do local: Joao Fernandes de Souza às 09:00h

*843.75***ENDEREÇO**

Logradouro: Avenida Epitácio Pessoa

Número: 475

Complemento:

Bairro: Bairro dos Estados

Município: João Pessoa

UF: PB

Telefone: ()

Celular: ()

ACESSIBILIDADE

(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB




BENEFICIÁRIO DIEGO DOS SANTOS ALVES

CPF/CNPJ: 06486445459

Posição em 16-03-2018 16:11:11

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/12/2017	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
29/12/2017	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	
29/12/2017	Interrupção de Prazo	
28/12/2017	Aviso de Sinistro	

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)







CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01972.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01972.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 14:07 horas do dia 30 de outubro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Diego dos Santos Alves**, CPF nº 064.864.454-59, RG nº 2623187 SSDS/PB, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Gerente Operacional, filho(a) de Waldiclea dos Santos Alves e Osmar Alves de Souza, natural de Cacoal/RO, nascido(a) em 24/04/1986 (31 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Anésio Coelho Pereira, Nº 471, complemento APT 202 - RES. SÃO GABRIEL, bairro Gramame, tendo como ponto de referência Próximo Ao Antigo Parque Cowboy, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98658-2537.

Dados do(s) Fatos:

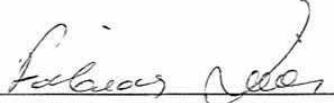
Local: R. Diógenes Chianca, Rotatória Ao Lado da Empasa, João Pessoa/PB, bairro Cristo Redentor; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 20/06/17 13:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA YAMAHA FACTOR Y, COR PRETA, 2010/2011, PLACA NQF8156/PB, CHASSI 9C6KE1520B0018324, REGISTRADA EM NOME DE DIEGO DOS SANTOS ALVES, quando passava pela rotatória ao lado da Empasa colidiu na traseira de uma MOTOCICLETA NÃO IDENTIFICADA, a qual havia sido trancada por um CARRO NÃO IDENTIFICADO e colidido na traseira do mesmo; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1449/2017, EXPEDIDA PELA DRª ROSÂNGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA, CRM/PB 3883, DATADO DE 09.10.2017, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido pelos BOMBEIROS; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 30 de outubro de 2017.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


DIEGO DOS SANTOS ALVES
Noticiante

Procedimento Policial: 01972.01.2017.1.00.420





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802390-91.2018.8.15.2003

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, ajuizada por DIEGO DOS SANTOS ALVES, já qualificado, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente já singularizada.

No caso concreto dos autos, os autores são domiciliados na cidade de João Pessoa/PB, mais especificamente no bairro de Gramame. Todavia, conforme o disposto na Resolução nº 55/2012, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o retro citado bairro não se encontra sob a jurisdição desta Vara. A saber:

RESOLUÇÃO Nº 55, de 6 de agosto de 2012 Fixa os limites territoriais da jurisdição das varas regionais e dos juzizados especiais mistos da Comarca da Capital, e dá outras providências. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41 e nos termos do art. 314, parágrafo único, ambos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba – LOJE (Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010), resolve: Art. 1º A jurisdição das varas regionais e dos juzizados especiais regionais mistos de Mangabeira será exercida nos limites territoriais dos Bairros de Água Fria, Anatolia, Bancários, Barra de Gramame, Cidade dos Colibris, Costa do Sol, Cuiá, Ernesto Geisel, Funcionários II, Funcionários III e Funcionários IV, Grotão, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, João Paulo II, José Américo, Mangabeira, Muçumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança e Valentina Figueiredo, do Município de João Pessoa. Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 4 de março de 2011 e revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões do Tribunal Pleno, 6 de agosto de 2012. Desembargador ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS PRESIDENTE

Vale ressaltar que o bairro de “Gramame” não se confunde com o Bairro de “Barra de Gramame”, este sob jurisdição deste Fórum Regional, o que já foi, inclusive, objeto de conflito de competência decidido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba:

PROCESSUAL CIVIL – Conflito negativo de competência cível – Ação de revisão contratual – Competência territorial – Delimitação de bairro – Barra de Gramame – Unidade vinculada às varas da Capital – Insurgência da Resolução nº 55, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - Conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitante. Nos termos da Resolução nº 55, deste Tribunal de Justiça, o bairro “Barra de Gramame” está inserido na jurisdição das Varas Regionais de Mangabeira, enquanto o “Bairro de Gramame”, vincula-se às Varas da Capital. V I S T O S, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de conflito negativo de competência cível, A C O R D A M, em Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, por votação unânime, julgar improcedente o conflito e declarar competente o juízo suscitante, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento de folha retro. (TJPB. CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0001254-58.2016.815.0000. ORIGEM: 14ª VARA CÍVEL CAPITAL. RELATOR: Dr.(a) Miguel de Britto Lyra Filho, juiz convocado, em substituição ao Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. DJe 06.02.2017)

Desta feita, considerando a absoluta falta de competência deste Juízo, declino de minha competência em favor de uma das varas cíveis do Centro, nesta Capital/PB, determinando a remessa para a distribuição do Fórum Cível, para os fins de direito.



P. I.

JOÃO PESSOA, 26 de março de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802390-91.2018.8.15.2003

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, ajuizada por DIEGO DOS SANTOS ALVES, já qualificado, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente já singularizada.

No caso concreto dos autos, os autores são domiciliados na cidade de João Pessoa/PB, mais especificamente no bairro de Gramame. Todavia, conforme o disposto na Resolução nº 55/2012, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o retro citado bairro não se encontra sob a jurisdição desta Vara. A saber:

RESOLUÇÃO Nº 55, de 6 de agosto de 2012 Fixa os limites territoriais da jurisdição das varas regionais e dos juzizados especiais mistos da Comarca da Capital, e dá outras providências. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41 e nos termos do art. 314, parágrafo único, ambos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba – LOJE (Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010), resolve: Art. 1º A jurisdição das varas regionais e dos juzizados especiais regionais mistos de Mangabeira será exercida nos limites territoriais dos Bairros de Água Fria, Anatólia, Bancários, Barra de Gramame, Cidade dos Colibris, Costa do Sol, Cuiá, Ernesto Geisel, Funcionários II, Funcionários III e Funcionários IV, Grotão, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, João Paulo II, José Américo, Mangabeira, Muçumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança e Valentina Figueiredo, do Município de João Pessoa. Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 4 de março de 2011 e revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões do Tribunal Pleno, 6 de agosto de 2012. Desembargador ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS PRESIDENTE

Vale ressaltar que o bairro de “Gramame” não se confunde com o Bairro de “Barra de Gramame”, este sob jurisdição deste Fórum Regional, o que já foi, inclusive, objeto de conflito de competência decidido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba:

PROCESSUAL CIVIL – Conflito negativo de competência cível – Ação de revisão contratual – Competência territorial – Delimitação de bairro – Barra de Gramame – Unidade vinculada às varas da Capital – Insurgência da Resolução nº 55, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - Conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitante. Nos termos da Resolução nº 55, deste Tribunal de Justiça, o bairro “Barra de Gramame” está inserido na jurisdição das Varas Regionais de Mangabeira, enquanto o “Bairro de Gramame”, vincula-se às Varas da Capital. V I S T O S, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de conflito negativo de competência cível, A C O R D A M, em Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, por votação unânime, julgar improcedente o conflito e declarar competente o juízo suscitante, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento de folha retro. (TJPB. CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0001254-58.2016.815.0000. ORIGEM: 14ª VARA CÍVEL CAPITAL. RELATOR: Dr.(a) Miguel de Britto Lyra Filho, juiz convocado, em substituição ao Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. DJe 06.02.2017)

Desta feita, considerando a absoluta falta de competência deste Juízo, declino de minha competência em favor de uma das varas cíveis do Centro, nesta Capital/PB, determinando a remessa para a distribuição do Fórum Cível, para os fins de direito.



P. I.

JOÃO PESSOA, 26 de março de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802390-91.2018.8.15.2003

DESPACHO

Vistos etc.

Na inicial, o autor relata que se envolveu em acidente de trânsito, em razão do qual narra haver sofrido fratura externa na perna e fibula direitas. Assim, tais lesões lhe ocasionaram sequela permanente para o membro inferior direito. Com base nesses fatos, o autor entende que, em razão da referida sequela, fazia jus à indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 9.450,00. Porém, segue narrando que recebeu do consórcio de seguradoras apenas a quantia de R\$ 843,75. Ao concluir pelo seu pedido final, a parte promovente pleiteou o que descreveu como “*diferença devida no valor equivalente ao determinado pela perícia médica.*”(grifo meu)

Ora, faz-se necessário que o autor especifique nominalmente o valor da quantia indenizatória buscada nesta ação, a qual deve logicamente corresponder à diferença entre R\$ 9.450,00 e R\$ 843,75. Isso porque os próprios fatos e fundamentos por ele expostos na inicial conduzem a esse montante final (R\$ 8.606,25), valor que inclusive e acertadamente atribuiu à causa.

Nada obstante, o promovente remete para futura realização de perícia médica a conclusão matematicamente inarredável de seu pedido, o que não se admite, já que o demandante foi categórico em especificar o valor que lhe seria cabível (R\$ 9.450,00) e a que recebera (R\$ 843,75). Logo, para se concluir pelo pedido-consequência de tais fatos, não se faz necessário qualquer exame pericial, mas apenas uma simples interpretação de texto e uma operação aritmética de subtração. O exame pericial, pois, não tem a finalidade de dar complemento ao pedido, mas de provar os fatos em que o mesmo se funda, máxime quando o promovente afirma seu direito com convicção e clareza, como é o caso dos autos.

Sendo assim, **intime-se** o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que deve guardar lógica com os fatos e fundamentos do pedido.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Juiz(a) de Direito



INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS DO(A) AUTOR(A)

De ordem do MM. Juiz de Direito da vara supra, INTIMO o(a) advogado(a) do autor, de todo teor do despacho abaixo:

DESPACHO

Vistos etc.

Na inicial, o autor relata que se envolveu em acidente de trânsito, em razão do qual narra haver sofrido fratura externa na perna e fíbula direitas. Assim, tais lesões lhe ocasionaram sequela permanente para o membro inferior direito. Com base nesses fatos, o autor entende que, em razão da referida sequela, fazia jus à indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 9.450,00. Porém, segue narrando que recebeu do consórcio de seguradoras apenas a quantia de R\$ 843,75. Ao concluir pelo seu pedido final, a parte promovente pleiteou o que descreveu como “*diferença devida no valor equivalente ao determinado pela perícia médica.*”(grifo meu)

Ora, faz-se necessário que o autor especifique nominalmente o valor da quantia indenizatória buscada nesta ação, a qual deve logicamente corresponder à diferença entre R\$ 9.450,00 e R\$ 843,75. Isso porque os próprios fatos e fundamentos por ele expostos na inicial conduzem a esse montante final (R\$ 8.606,25), valor que inclusive e acertadamente atribuiu à causa.

Nada obstante, o promovente remete para futura realização de perícia médica a conclusão matematicamente inarredável de seu pedido, o que não se admite, já que o demandante foi categórico em especificar o valor que lhe seria cabível (R\$ 9.450,00) e a que recebera (R\$ 843,75). Logo, para se concluir pelo pedido-consequência de tais fatos, não se faz necessário qualquer exame pericial, mas apenas uma simples interpretação de texto e uma operação aritmética de subtração. O exame pericial, pois, não tem a finalidade de dar complemento ao pedido, mas de provar os fatos em que o mesmo se funda, máxime quando o promovente afirma seu direito com convicção e clareza, como é o caso dos autos.

Sendo assim, intime-se o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que deve guardar lógica com os fatos e fundamentos do pedido.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Juiz(a) de Direito



João Pessoa, 04 de junho de 2019.

Rosa Germana Souza dos Santos Lima

Técnica Judiciária



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE DA COMARCA DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

DIEGO DOS SANTOS ALVES, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar conforme documentos médicos juntados na inicial, o autor sofreu FRATURA exposta da perna direita, fíbula direita e exposição das partes moles, evoluindo com dor e limitação funcional.

Dessa forma, por apresentar sequelas que decorreram do acidente de trânsito, o autor ajuizou ação de cobrança para recebimento do seguro social.

Injustamente, o Autor recebeu apenas o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), valor esse atribuído pela seguradora, 25% de debilidade no tornozelo. Equívoco maior não poderia ter acontecido, visto que o autor sofreu fratura dos ossos da perna direita, devendo ser enquadrado na tabela a título de indenização, **“Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferior”, sendo passível de receber a indenização no valor de até R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**

Na inicial foi solicitado perícia médica da confiança do juízo para que esse possa avaliar as sequelas do autor e verificar que a debilidade é permanente e irreversível. Aliás, a competência é do perito. Importante frisar que é impossível a parte autora indicar o valor exato, pois a prova é meramente técnica

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, requerendo desde já a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, tudo por ser de inteira e lidima justiça.



Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 18 de junho de 2019.





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

0802390-91.2018.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

ACOLHO A EMENDA RETRO.

As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, máxime considerando que este processo foi distribuído há mais de



oito meses e, até agora, não recebeu efetiva movimentação, e ainda tem-se em conta de que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente DEIXO de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida para que apresente contestação em 15 dias.

CUMPRA-SE COM GRATUIDADE.

João Pessoa - PB, 05/09/2019.

ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO

JUIZ DE DIREITO



Carta entregue no setor de expedição



SARA NEVES GUERRA ANDRIOLA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX



Assinado eletronicamente por: SARA NEVES GUERRA ANDRIOLA - 12/09/2019 15:14:05
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091215140327700000023598133>
Número do documento: 19091215140327700000023598133

Num. 24372320 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: SARA NEVES GUERRA ANDRIOLA - 17/09/2019 13:31:19
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091713311772400000023713380>
Número do documento: 19091713311772400000023713380

Num. 24494225 - Pág. 1



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
14ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0802390-91.2018.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: DIEGO DOS SANTOS ALVES
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - até 56 - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203

, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

JOÃO PESSOA-PB, 12 de setembro de 2019.

Arthur A. Zavaleta Gama Lima
Chefe do Setor de Expedição
Mat. 478.223-2

17/09/19



Assinado eletronicamente por: SARA NEVES GUERRA ANDRIOLA - 12/09/2019 15:14:05
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091215140327700000023598133>
Número do documento: 19091215140327700000023598133

Num. 24372320 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: SARA NEVES GUERRA ANDRIOLA - 17/09/2019 13:31:19
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091713311772400000023713380>
Número do documento: 19091713311772400000023713380

Num. 24494225 - Pág. 2